



CETESB
Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
C.G.C.M.F. Nº 43.776.491/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta um breve relatório sobre as atividades realizadas, acompanhado do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras, Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

ATIVIDADES PRINCIPAIS DA CETESB - 1997

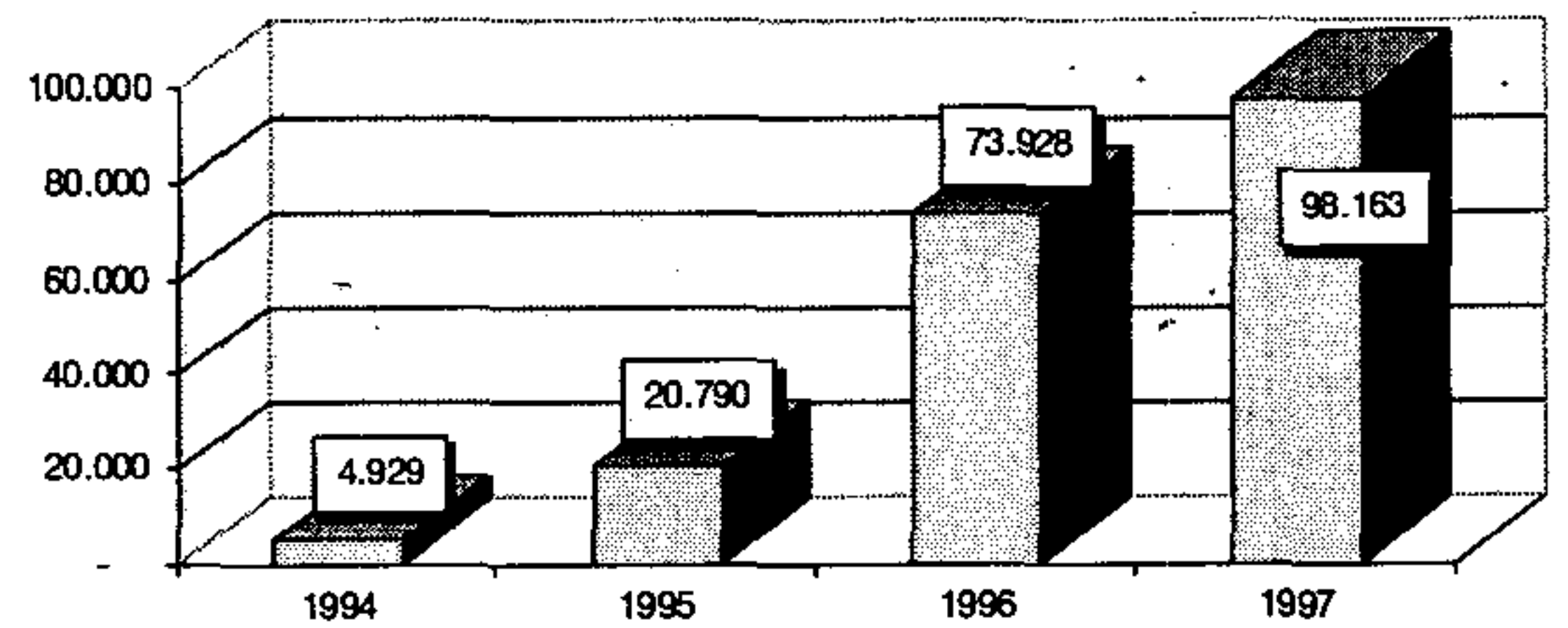
A ação da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, no ano de 1997, foi marcada pela busca do fortalecimento institucional. Tal postura se justifica pela necessidade de modernização do aparato governamental frente aos desafios impostos à consecução do desenvolvimento ecologicamente sustentado, pilar essencial para a qualidade de vida da população.

O anteparo básico de tais transformações consistiu na reestruturação das diretorias técnicas com o fito de possibilitar coerência nas atividades, de forma a evitar o tratamento dicotômico da questão ambiental. Assim, dimensões como controle/prevenção e quantidade/qualidade começaram a deixar de ser tópicos marcantes, permitindo um desempenho custo/efetivo satisfatório.

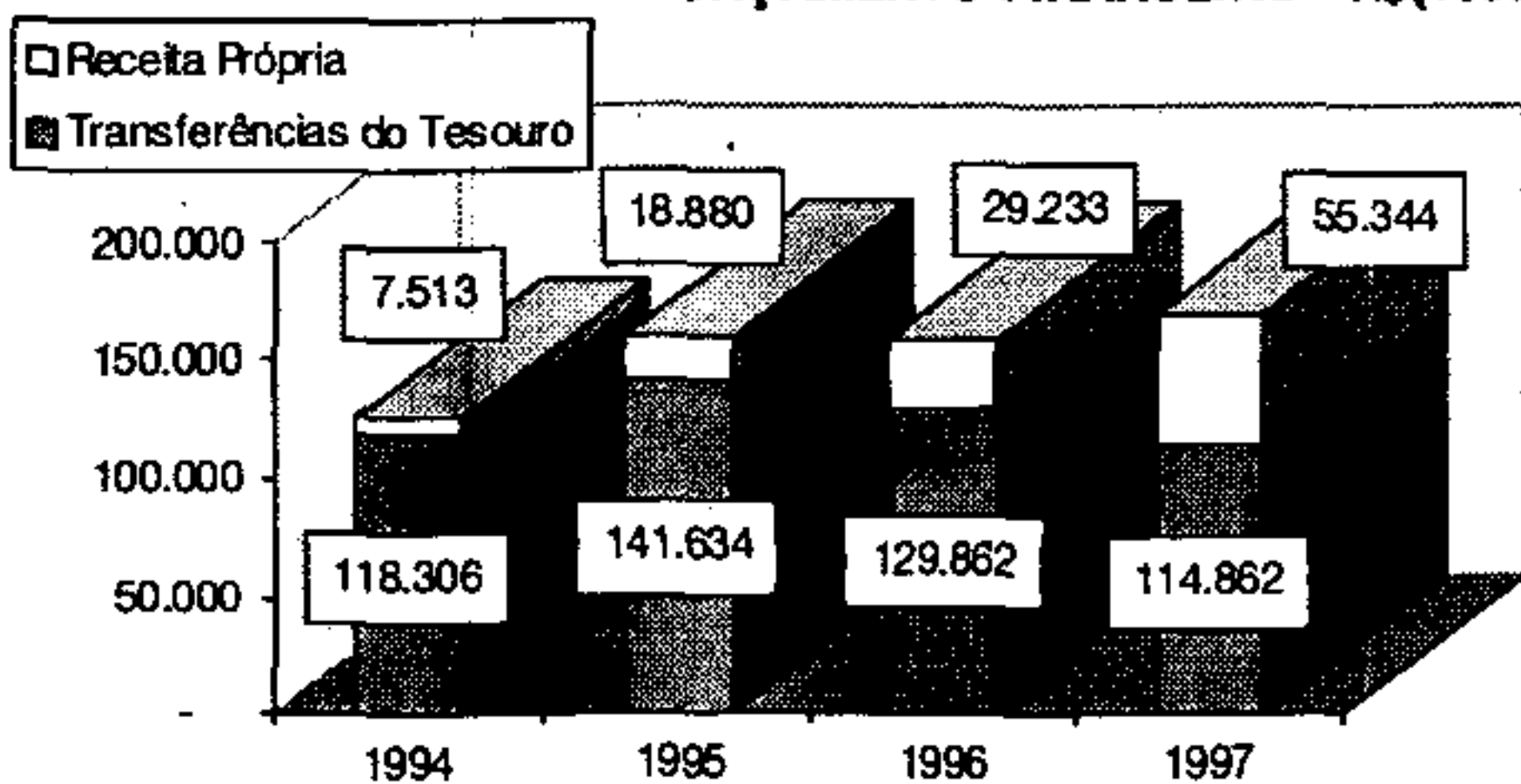
Uma das facetas do movimento de inovação na gestão da Companhia está espelhado no seu financiamento, onde se verifica a crescente participação dos recursos próprios no total de suas necessidades.

fontes, o que fica evidente no número de multas aplicadas. No futuro, com a conscientização da população e com a implantação do Programa de Inspeção Técnica Veicular, certamente teremos uma reversão no quadro.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MULTAS EMITIDAS - FUMAÇA PRETA

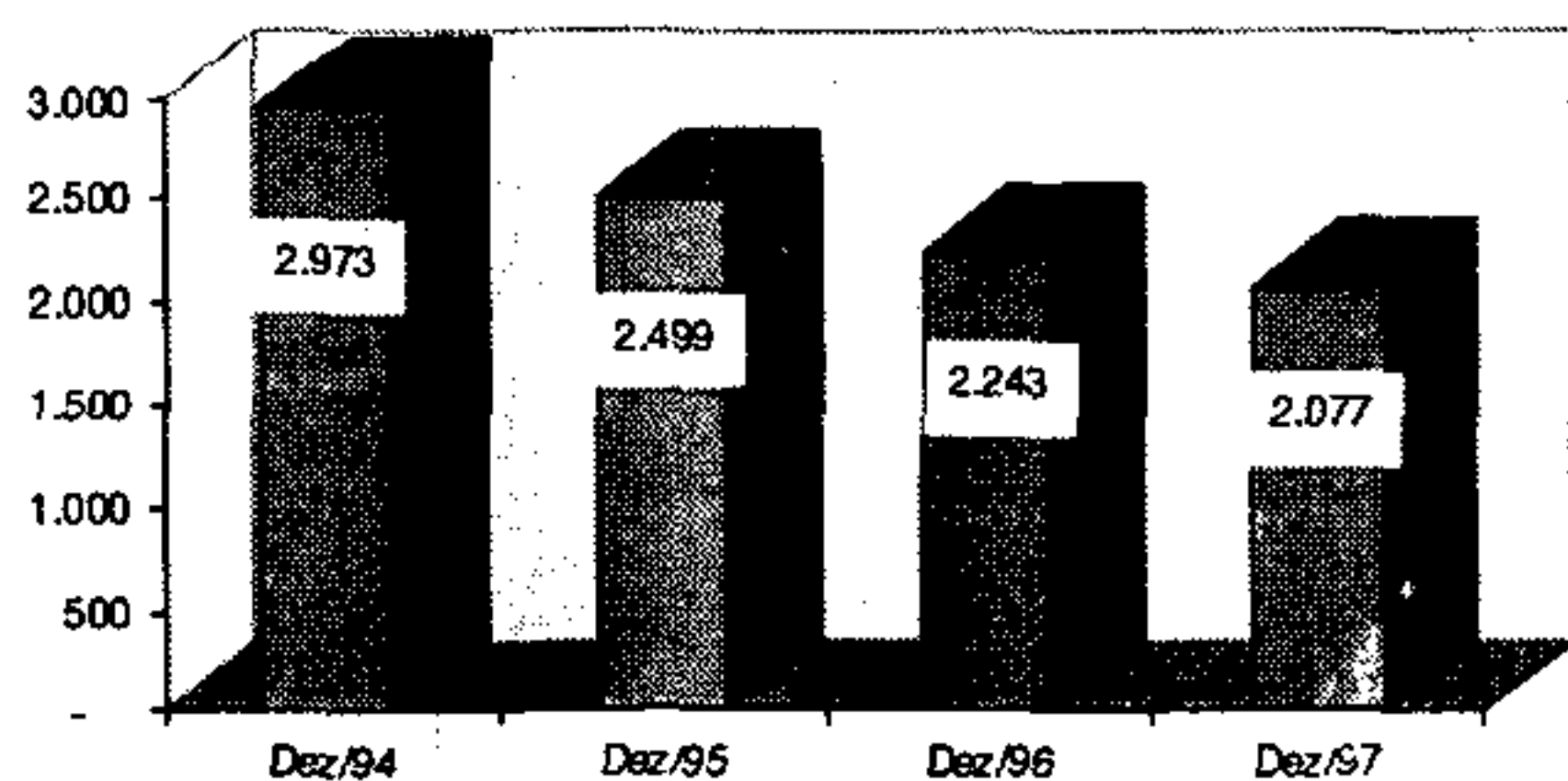


ORÇAMENTO FINANCEIRO - R\$ (1000)



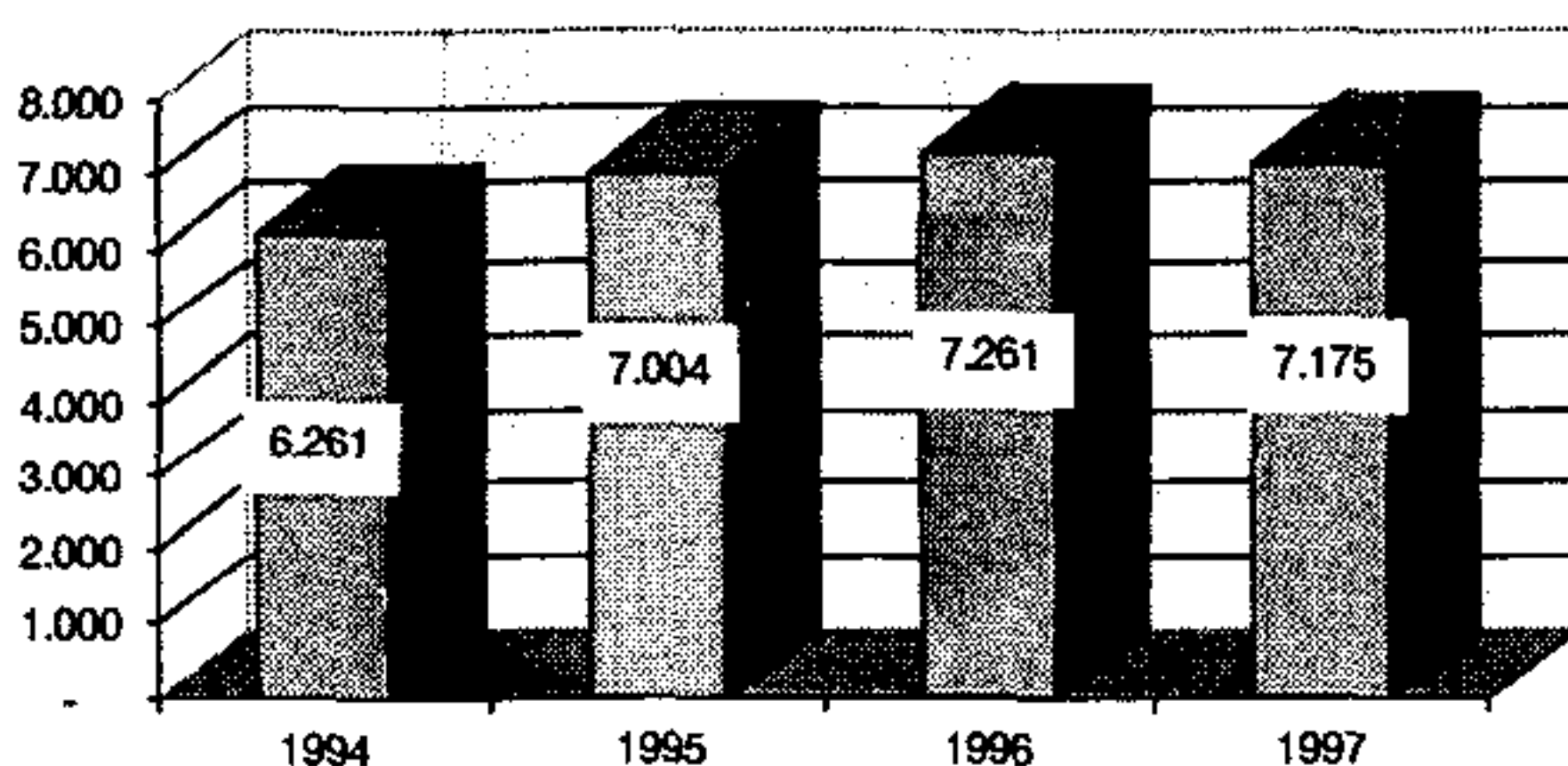
Um outro lado está na manutenção das atividades tradicionais de controle e prevenção da poluição, associadas à inclusão de novas estratégias de intervenção. Tudo isso, cabe ressaltar, com um quadro de funcionários mais reduzido.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL - Nº de funcionários

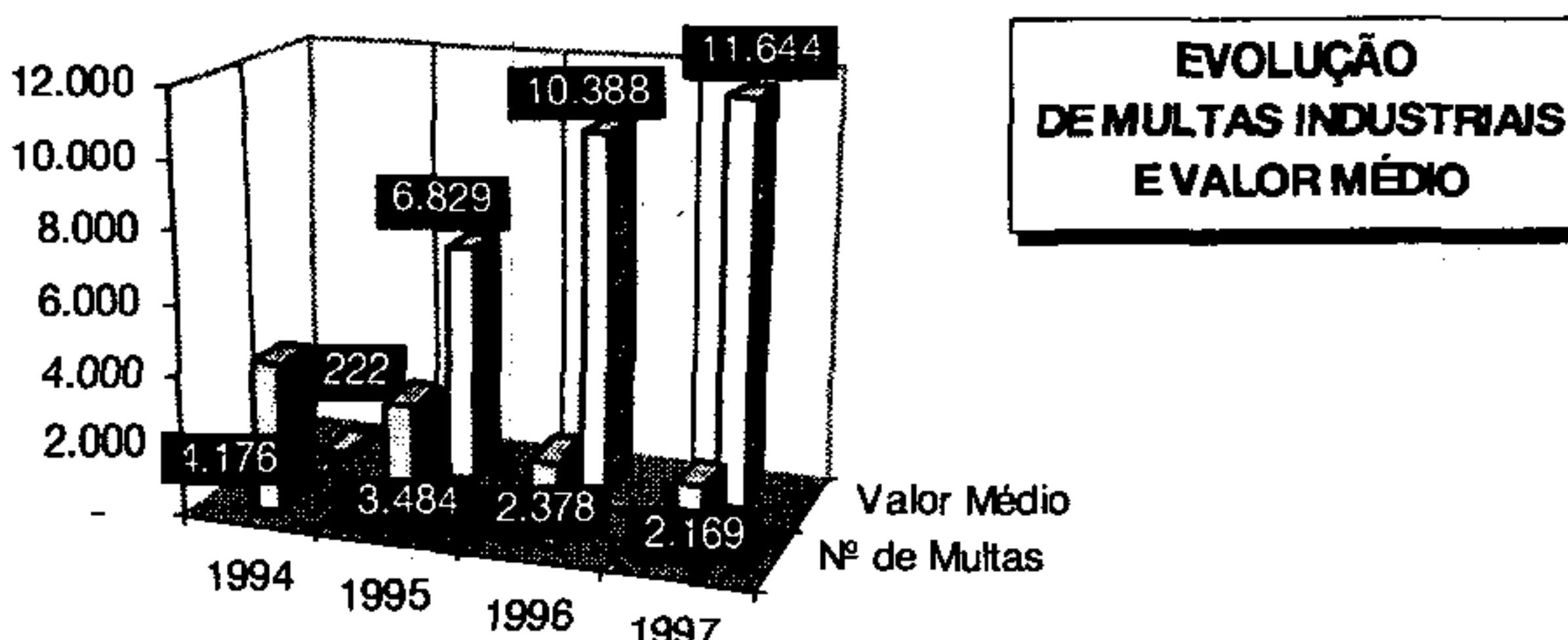


Com relação ao trabalho rotineiro, não pode deixar de ser mencionado a concessão de licenças, atividade preventiva básica da política ambiental, e a aplicação de multas. No primeiro caso observa-se uma ligeira tendência declinante, fruto, provavelmente, da dinâmica econômica dos setores industriais passíveis de licenciamento.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LICENÇAS CONCEDIDAS



Já a queda nas multas industriais decorre de uma diretriz explícita: o valor da penalidade deve servir de estímulo às mudanças de comportamento das unidades industriais. Essa medida teve início em 1995 e logo mostrou seus resultados com a redução nas situações de violação.



Espera-se que o mesmo fenômeno de sensibilização dos infratores também ocorra nos problemas atinentes à emissão de fumaça-preta. Representando uma das principais fontes de poluição atmosférica nas grandes cidades, até bem recentemente pouca atenção despertava. Em função dos riscos à saúde pública, porém, a direção priorizou o enfrentamento ostensivo das

Quando se menciona os problemas advindos da poluição de origem veicular, é imediata a lembrança da Operação Rodízio. Inserida na nova estratégia de atuação governamental nas questões ambientais - as denominadas operações onde se focaliza esforços em problemas emergenciais - a intervenção feita pela SMA/Cetesb na circulação de veículos na Região Metropolitana de São Paulo durante 70 dias teve os seguintes resultados: 43.847.200 veículos afetados; 32.884.700 automóveis e 1.878.000 caminhões retirados de circulação, 196.098.000 litros de combustível economizados, ou 113.876.000 reais; 65.770.500 pessoas afetadas, 85.601 consultas realizadas e 859.123 autuações; 18.192 pessoas envolvidas na fiscalização e 220 ações impetradas, 205 das quais foram indeferidas e 15 deferidas pelo Poder Judiciário.

A adesão a essa intervenção foi de 95,2%, em 1996, e de 96,3%, em 1997, tendo sido estimada uma redução média de 6.592 e 25.000 ton. de CO, o poluente-alvo do rodízio, em 1996 e 1997, respectivamente, e de 1.171 ton. de outros poluentes (hidrocarbonetos, óxidos de nitrogênio, óxidos de enxofre e partículas inaláveis), em 1996, e de 2.570 ton. de hidrocarbonetos, 3.440 ton. de óxidos de nitrogênio, 317 ton. de óxidos de enxofre e 200 ton. de material particulado, em 1997.

Uma comparação para o ano de 1997 indicou que o percentual de dias com classificação "boa e regular", ou seja, dentro do padrão legal, foi de 84% na série histórica 1991-95 e 95% em 1997, indicando efeito positivo da Operação Rodízio. Complementarmente, o período de 14% de dias classificados como "inadequados" em 1991-1995 caiu para 4,2% em 1997, não tendo ocorrido neste período porcentagem significativa de dias com classificação "má", enquanto em 1991-1995 isto ocorreu em 2% dos dias. Em quinze dias da Operação Rodízio 97 atingiu-se qualidade má, sendo 5 para CO e 10 para Ozônio. Essa operação trouxe, além dos benefícios ambientais, uma série de benefícios sociais, como maior fluidez do tráfego e redução do tempo de viagem, que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida no período.

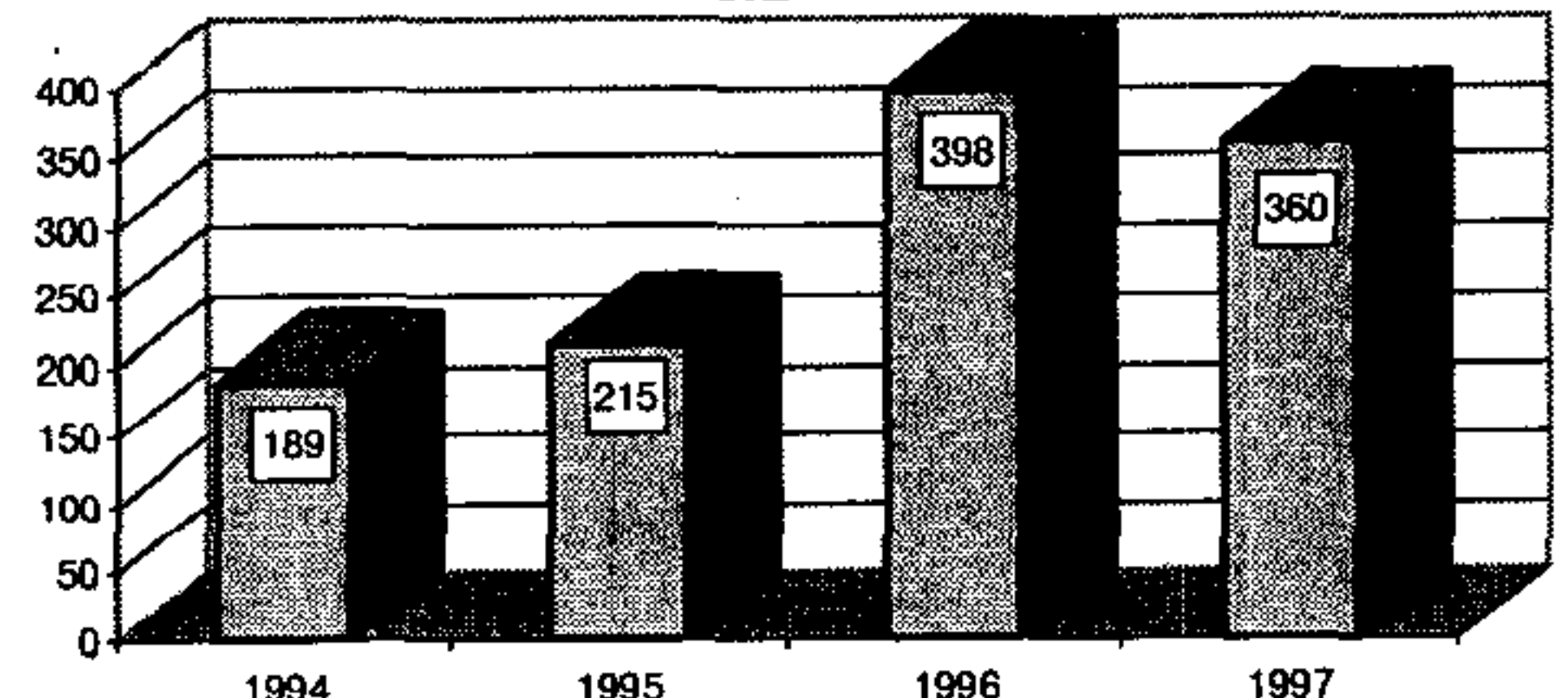
Outra intervenção que mereceu forte mobilização foi a questão do lixo urbano. A Secretaria do Meio Ambiente e a Cetesb lançaram uma ofensiva cujo propósito foi reverter a dramática situação dos resíduos sólidos no Estado de São Paulo. Aqui são gerados, diariamente, pelos seus 30 milhões de habitantes, 16 mil toneladas de lixo doméstico em média. Só o que produzem, em um dia, os 42 Municípios com mais de 100 mil habitantes daria para encher cerca de 2 mil caminhões compactadores de lixo. O pior é que a maioria das 645 cidades do Estado dá um destino inadequado aos resíduos que produzem. Embora essa situação venha piorando ao longo dos anos, nenhuma solução institucional viável havia sido adotada. A Política Estadual de Resíduos Sólidos, que é o cerne dessa ofensiva, propõe a adoção de medidas regionais, que, com economia de escala e menor custo, promovam a reutilização, a reciclagem e o tratamento correto. Cópias do Plano Diretor de Resíduos Sólidos da RIMSP, sugerindo parcerias com os Municípios, foram encaminhadas a todos os prefeitos dessa região.

Aliás, note-se que a ação em conjunto com os governos locais é uma tradição no histórico da Companhia. Neste ano de 1997, assim como nos anteriores, prestou-se assistência técnica aos municípios buscando realizar um de seus objetivos, que é preservar a qualidade de vida da população. Através da implementação de alguns programas essa Companhia transferiu tecnologias que buscam solucionar problemas de saneamento básico. No que diz respeito ao tratamento e à destinação de resíduos sólidos, por exemplo, elaborou pareceres e análises de projetos para sistemas de destinação final e incineradores, que incluíram testes de queima, e realizou inspeções em sistemas já implantados.

A título de exemplo, foi entregue aos prefeitos dos Municípios de São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba um relatório contendo uma avaliação prévia das áreas indicadas por eles para instalação de aterros sanitários. Nesse documento, chamou atenção para a urgência em encontrar-se solução adequada para essa questão, pois a população dessa região, de aproximadamente 200 mil habitantes, triplica-se durante a temporada de verão, o que leva a duplicar-se a produção do lixo. Sugeriu, ainda, reduzir-se o volume de resíduos a serem dispostos no solo e aumentar-se, ao máximo, sua vida útil, o que poderá ser conseguido com a implantação de sistemas que possibilitem a reciclagem e a compostagem.

No rol das ações da Companhia, sempre vale destacar o atendimento aos acidentes ambientais.

EVOLUÇÃO DE ATENDIMENTO ACIDENTES AMBIENTAIS



A preocupação da Companhia, contudo, não se restringe ao socorro emergencial. De fato, se o lema "é melhor prevenir do que remediar" orienta, de maneira geral, todas as ações do sistema ambiental, ele encontra especial respaldo no Setor de Análise de Risco. Graças a sua observância, em 1997 essa equipe realizou 90 avaliações de riscos ambientais, onde percentual significativo correspondente à indústria química, aos terminais marítimos, dutos, bases de derivados de petróleo, refinarias e depósitos de produtos químicos, todos relacionados direta ou indiretamente às atividades Petrobrás. Em consequência, vem-se verificando uma diminuição, nada desprezível, de mais de 50% dos acidentes com derramamento de petróleo no terminal da Petrobrás em São Sebastião.

Entretanto, para alcançar essa otimização, foi necessário que o Setor de Análise de Risco codificasse nada mais nada menos que 860 produtos químicos, classificando-os segundo o índice de toxicidade, trabalho esse que exigiu a tradução, do inglês para o português, praticamente de todo o acervo de informações disponíveis na Organização das Nações Unidas.

Para que todas as ações fins da CETESB sejam aprimoradas, foram desenvolvidos estudos específicos em diferentes áreas. Com posição singular está o Inventário de Fontes e de Locais de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos, que serve de ferramenta para a ação de controle e prevenção. Através dele averiguou-se que as empresas que mais geram resíduos perigosos no Estado de São Paulo são, em primeiro lugar, as indústrias químicas, seguidas pelas montadoras de veículos, metalúrgicas e de couro e peles. Juntas, essas empresas respondem pela geração de 447 mil/toneladas/ano de resíduos perigosos, o equivalente a cerca de 40 vezes todo o montante de lixo doméstico.

Outro inventário concluído abrange as emissões de gases de efeito estufa. Esse trabalho, além de possibilitar que o Governo Mário Covas faça jus a um dos compromissos assumidos quando da assinatura do Protocolo de Montreal sobre Quadro de Mudanças Climáticas, oferece subsídios importantes para todo o tipo de ação de combate à geração de gases de efeito estufa, um dos grandes problemas ambientais no mundo inteiro nessa virada de século.

Não se pode deixar de citar dois importantes trabalhos também concluídos pela Cetesb: o "Relatório das Águas Subterrâneas para Abastecimento Público no Estado de São Paulo" e o documento "Estabelecimento de Padrões de Referência e Qualidade e Valores de Intervenção para Solos e Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo". Apresentando a situação do uso das águas subterrâneas para abastecimento público, isto é, que 71,6% dos Municípios paulistas são, total ou parcialmente, abastecidos por águas dessa natureza, exploram 1.105.067,50 m³/dia e atendem 5.525.340 habitantes, essa divulgação retrata a importância desse recurso hídrico, informa, conscientiza e alerta as autoridades e a comunidade sobre a necessidade da promoção de políticas e metas de prevenção à poluição no campo do gerenciamento integrado dos recursos hídricos.

O segundo documento propõe uma estratégia para gestão da proteção da qualidade do solo e das águas subterrâneas, apresentando, também, uma revisão da literatura internacional sobre padrões, legislações e a metodologia utilizada pela CETESB.

Visando o correto equacionamento das capacidades da Companhia, foram feitos investimentos na infra-estrutura: a frota foi renovada através da aquisição de 56 carros, a gráfica foi reequipada, as instalações tiveram a devida manutenção realizada e os laboratórios estão passando por uma autêntica "reengenharia", com a implantação de novos procedimentos, revisão de outros e novas parcerias, tudo em busca da excelência na prestação dos serviços.

Uma das principais investidas para a modernização que já apresenta resultados focou o incremento no programa de informatização. Sem embargo, pela primeira vez a CETESB está sendo dotada da infra-estrutura em informática necessária para o desenvolvimento de sua missão institucional. Tal retaguarda trará maior agilidade, diminuindo os tempos requeridos para a execução das ações e assim beneficiar a população. Hoje é possível integrar todas as regionais via rede corporativa, que com a implementação dos sistemas de informação irá trazer redução nos prazos do licenciamento, um monitoramento eficaz e alcançar as metas de prevenção ambiental. Também irá viabilizar a construção de um banco de dados ambiental e georeferenciado, o qual dará suporte ao processo decisório.

Mais importante do que qualquer outro investimento elencado, coloca-se a atenção com a formação dos recursos humanos, capital nuclear de todas as agências ambientais. Ao longo destes três anos de governo, mais de 2 mil funcionários estiveram em cursos de treinamento técnico e gerencial. Em particular, sublinhe-se o esforço para a capacitação no campo da prevenção à poluição, contando inclusive com a participação de consultores canadenses e norte-americanos. Pode-se afirmar, sem margem para contestações, que está ocorrendo a institucionalização deste saber. Isso tanto é verdade que a CETESB está desenvolvendo programas de prevenção à poluição com o setor industrial, em uma primeira etapa envolvendo mais de 100 empresas das indústrias de galvanoplastia, têxtil e química.

Em síntese, o ano de 1997 na CETESB consolida antigos caminhos e pavimenta novas rotas para a estruturação de uma instituição pública capaz de contribuir nas políticas governamentais e na consequente qualidade de vida da população.

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 1997 e 1996 (em milhares de reais)

Ativo	1997	1996	Passivo	1997	1996
Circulante:			Circulante:		
Caixa	106	92	Fornecedores	2.199	1.593
Bancos	8.706	5.018	Salários e Remunerações a Pagar	3.002	2.864
Cientes: Governo do Estado de São Paulo	423	459	Impostos e Contribuições a Recolher	12.272	16.815
Outros Governos e Entidades Privadas ..	135	304	Instituições Financeiras	0	2.761
Adiantamentos a Empregados	3.378	1.521	Multas Arrecadadas a Repassar (art.11-Lei 997/76)	42.115	9.119
Convênio Procop - Banespa	118	191	Contas a Pagar	3.099	2.916
Impostos a Recuperar	18	16	Outras Obrigações	135	41
Outras Contas a Receber	3.954	4.949	Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos ..	12.659	16.277
Estoque	3.338	894	Provisão para Contingências Trabalhistas	23.672	20.990
Despesas Exercício Seguinte	6	48	Provisão para Processos Cíveis/Fiscais	3.486	1.627
	20.182	13.492	Provisão para Impostos e Contribuições	228	0
			Provisão para Despesas Diversas	0	3
Realizável a Longo Prazo:				102.867	75.006
Empréstimo Compulsório Eletrobrás	16	15	Exigível a Longo Prazo		
Empréstimo Compulsório FND - DL 2288	459	403	Instituições Financeiras	0	12.746
Plano de Expansão de Telefonia	27	27	Contribuições e Impostos a Recolher	34.098	37.738
Impostos a Recuperar	283	257		34.098	50.484
	785	702	Patrimônio Líquido:		
Permanente:			Capital Social	110.137	109.373
Investimentos	70	70	Adiantamento para Aumento de Capital	17.284	764
Imobilizado	39.988	38.827	Prejuízos Acumulados	(202.642)	(182.183)
Diferido	719	353		(75.221)	(72.046)
	40.777	39.250	Total do Passivo	61.744	53.444
Total do Ativo	61.744	53.444			

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1997 e 1996 (em milhares de reais)

	1997	1996
Receita Operacional Bruta:		
Venda de Serviços e Produtos	26.038	21.606
Subvenção de Custeio	103.831	111.064
	129.869	132.670
Deduções:		
Cancelamento de Vendas	(209)	(49)
Impostos sobre Vendas	(1.292)	(1.049)
Receita Operacional Líquida	128.368	131.572
Custo dos Serviços e Produtos Vendidos e Subvencionados	(73.907)	(76.020)
Lucro Bruto	54.461	55.552
Despesas/Receitas Operacionais:		
Despesas Administrativas	(62.732)	(60.641)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	1.604	165
	(61.128)	(60.476)
Prejuízo Operacional antes dos Encargos Financeiros e Variações Monetárias	(6.667)	(4.924)
Encargos Financeiros Líquidos		
Despesas Financeiras	(4.359)	(7.336)
Receitas Financeiras	79	185
	(4.280)	(7.151)
Variações Monetárias		
Passivas	(1.830)	(5.435)
Ativas	85	225
	(1.745)	(5.210)
Prejuízo Operacional	(12.692)	(17.285)
Resultado na Alienação do Imobilizado	(26)	(49)
Prejuízo Líquido do Exercício	(12.666)	(17.334)
Prejuízo Líquido do Exercício por Lote de 10 Ações	(R\$ 0,03)	(R\$ 0,05)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1997 e 1996 (em milhares de reais)

	1997	1996			
Origens de Recursos:					
Dos Acionistas					
Adiantamento para Aumento de Capital	17.284	764			
De Terceiros					
Bens Recebidos em Doação	87	857			
Renovações no Exigível a Longo Prazo	0	7.265			
	87	8.122			
Total das Origens	17.371	8.886			
Aplicações de Recursos					
Das Operações					
Prejuízo do Exercício	12.666	17.334			
Ajuste de Prejuízo de Exercícios Anteriores ..	7.880	0			
Ítems que não Afetam o Capital Circulante: ..					
Depreciações e Amortizações	(2.227)	(1.905)			
Encargos Financeiros a Longo Prazo	(5.004)	(6.386)			
Resultado na Baixa do Imobilizado	(1)	(49)			
	13.314	8.994			
Demais Aplicações					
Aquisições de Imobilizado	554	2.669			
Adições no Ativo Diferido	3.201	117			
Acréscimos ao Realizável a Longo Prazo	26	260			
Vencimentos Correntes de Empréstimos a Longo Prazo ..	21.447	8.178			
	25.228	11.224			
Total das Aplicações	38.542	20.218			
Variação do Capital Circulante Líquido	(21.171)	(11.332)			
Demonstração das Variações do Capital Circulante:					
	1997	1996	1995	1997	1996
Ativo Circulante	20.182	13.492	13.789	6.690	(297)
Passivo Circulante	102.867	75.006	63.971	27.861	11.035
Capital Circulante Líquido	(82.685)	(61.514)	(50.182)	(21.171)	(11.332)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1997 e 1996
(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital		Reserva de Doação	Prejuízos Acumulados	Total
		Adiant. para Aumento de Capital	Correção Monetária do Capital			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 1996.....	82.754	8.047	18.572	0	(165.719)	(56.346)
Ajuste de Exercício Anterior.....	0	0	0	0	13	13
Créditos do Governo do Estado.....	0	764	0	0	0	764
Aumento de Capital conforme AGO/AGE de 30.04.96.....	26.619	(8.047)	(18.572)	0	0	0
Bens Recebidos em Doação.....	0	0	0	857	0	857
Prejuízo do Exercício.....	0	0	0	0	(17.334)	(17.334)
Compensação Parcial do Prejuízo.....	0	0	0	(857)	857	0
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996.....	109.373	764	0	0	(182.183)	(72.046)
Ajuste de Exercício Anterior.....	0	0	0	0	(7.880)	(7.880)
Créditos do Governo do Estado.....	0	17.284	0	0	0	17.284
Aumento de Capital conforme AGO/AGE de 15.04.97.....	764	(764)	0	0	0	0
Bens Recebidos em Doação.....	0	0	0	87	0	87
Prejuízo do Exercício.....	0	0	0	0	(12.666)	(12.666)
Compensação Parcial do Prejuízo.....	0	0	0	(87)	87	0
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997.....	110.137	17.284	0	0	(202.642)	(75.221)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1997 e 1996
(Em milhares de reais)

01. SITUAÇÃO OPERACIONAL, PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A CETESB, empresa de economia mista constituída pela Lei nº 118 de 29/06/73, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tem como atribuições legais o exercício do controle da qualidade do meio ambiente - água, ar e solo - bem como as funções de pesquisas e serviços científicos e tecnológicos direta e indiretamente relacionados com seu campo de atuação.

Em 1997 a atuação da Empresa foi orientada para a otimização de suas ações com reflexos diretos na geração de receitas, melhorando a gestão dos recursos, em função principalmente do valor arrecadado com multas, sobretudo as aplicadas durante o rodízio de carros na cidade de São Paulo.

A Companhia continua tendo como meta a reversão do quadro de contínuos prejuízos, através da diminuição dos seus custos e despesas operacionais, e aumento nos seus recursos próprios, o que pode ser observado na diminuição do prejuízo líquido do exercício.

A CETESB tem dentro suas principais atribuições o exercício do poder de polícia ambiental do Estado de São Paulo. Como decorrência a comunidade é seu principal cliente. Sendo assim, parcela significativa de seus serviços é custeada pelo Tesouro. Em que pese o esforço da atual administração em melhorar a geração de receita própria e consequentemente os indicadores de desempenho, o caráter específico da Companhia torna, inclusive, inadequada a sua avaliação por meio da utilização de indicadores tradicionais de análise de balanço.

Para possibilitar a convivência com o princípio da continuidade operacional, a Sociedade é administrada tendo como base a sua condição de empresa sob controle acionário do Estado, possibilitando assim o suprimento de recursos e de garantias para obtenção de recursos de terceiros, para fazer face às suas obrigações legais e continuar operando sua ampla missão institucional.

02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária.

03. PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

b. Estoques

Os estoques de materiais e de produtos estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção e os serviços em andamento ao custo de produção.

c. Investimentos

Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da provisão para desvalorização ao valor de mercado.

d. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, corrigida monetariamente até 31 de dezembro de 1995; as depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil econômica dos bens.

e. Diferido

Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e refere-se basicamente a aquisições de softwares. A amortização do diferido será à razão de 20% a.a.

f. Provisão para Férias, Licença Prêmio e Encargos

As férias vencidas, as proporcionais, a licença prêmio e seus encargos incorridos até a data do balanço, foram apropriadas mediante constituição de provisão.

g. Provisão para Contingências Trabalhistas

Para as questões trabalhistas que estão sendo judicialmente contestadas, a Companhia adota conservadoramente o procedimento de constituir provisão em montante suficiente para cobrir eventuais perdas.

h. Provisão para Processos Cíveis e Fiscais

Para as questões cíveis e fiscais que estão sendo judicialmente contestadas, a Companhia adota conservadoramente o procedimento de constituir provisão em montante suficiente para cobrir eventuais perdas.

04. MUDANÇA DE PRÁTICA CONTÁBIL

No exercício de 1997, de acordo com o art.11 da Lei 997/76, os valores arrecadados no montante de R\$ 19.161 mil, referentes às Multas do Controle de Fumaça Preta, foram registrados em Multas Arrecadadas a Repassar. Os valores arrecadados nos exercícios anteriores (1992 a 1996), classificados em Receitas Operacionais, foram ajustados neste exercício em Lucros e Prejuízos Acumulados, no montante de R\$ 7.880 mil, em contrapartida com a rubrica Multas Arrecadadas a Repassar.

05. ESTOQUES

	1997 R\$ Mil	1996 R\$ Mil
Serviços em Andamento.....	2.827	491
Produtos Acabados.....	24	31
Material de Laboratório e Inspeção.....	212	78
Material de Manutenção e Escritório.....	275	294
	<u>3.338</u>	<u>894</u>

06. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	1997 R\$ Mil	1996 R\$ Mil
Terrenos.....	0	1.537	1.537
Edifícios e Instalações.....	1.25 e 10	36.913	35.846
Rede Telemétrica.....	10	6.252	4.350
Máquinas e Equipamentos.....	6.8965	15.485	14.450
Móveis e Utensílios.....	8.3333	6.503	6.201
Veículos e Embarcações.....	20 e 5.55	4.768	3.780
Microcomputadores e Periféricos.....	20	3.656	2.497
Laboratório Volante e de Testes de Veículos	6.8965	921	921
Imobilizações em Andamentos.....		727	4.184
Outros.....	10	1.619	1.615
		<u>78.381</u>	<u>75.381</u>
Depreciação Acumulada.....		(38.393)	(36.554)
		<u>39.988</u>	<u>38.827</u>

07. CONVÊNIOS

Nome do Convênio	Data da Celebração	Objetivo	Valor
PROCOP - Programa de Controle da Poluição Subprograma de Assistência Técnica. art. 19 (decreto nº 27.021 de 05/87)	10 de dezembro 1990	Auxiliar a capacitação técnica e operacional, bem como, desenvolver, aplicar e transferir tecnologia em diversos segmentos da engenharia ambiental.	US\$ 2.388.842,83 (art. 19/PROCOP) US\$ 2.248.516,54 (CETESB)
JICA - Japan International Cooperation Agency	27 de agosto 1993	Transferência de tecnologia, metodologia e procedimento com capacitação técnica e instrumentação relativa às tecnologias de tratamento e disposição de resíduos.	US\$ 7.720.000,00 (JICA - doação de equipamentos) US\$ 3.310.000,00 (CETESB)
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	14 de março 1994	Programa de cooperação institucional no tocante à alocação de recursos financeiros destinados a apoiar e incentivar a ação do Estado na proteção do meio ambiente, com vistas à implementação do Projeto.	1% (hum por cento) do valor do financiamento concedido pelo BNDES a cada Subprojeto aprovado no Estado, no âmbito do Projeto, sendo este percentual constituído das seguintes parcelas: até 0,2% do valor financiado, com recursos próprios do BNDES; até 0,8% do valor financiado, com recursos originados da Doação

07. CONVÊNIOS (continuação)

Nome do Convênio	Data da Celebração	Objetivo	Valor
FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos.	26 de junho 1995	Integração e a disciplina das atividades do DAEE, da CETESB, na qualidade de agentes técnicos do FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos, e do Banespa na qualidade de agente financeiro do referido Fundo.	R\$ 143.000,00
KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau	18 de Agosto 1992	Melhoria do sistema de monitoramento das águas e seus tributários.	US\$ 5,555,560.00 (KfW - doação de equipamentos) US\$ 4,337,350.00 (CETESB)
CERJU - Comitê de Recuperação do Rio Jundiá	12 de agosto 1985	As partes convenientes conjugarão seus recursos humanos, técnicos, financeiros e materiais para planejar e executar as obras e serviços necessários à recuperação da qualidade das águas da bacia do Rio Jundiá, a fim de enquadrá-las nos padrões de qualidade estabelecidos na legislação vigente.	US\$ 50,000,000.00 (valor estimado)
GTZ - Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit	14 de novembro 1990	Avaliação e minimização de impactos ambientais causados por áreas contaminadas na região metropolitana de São Paulo	US\$ 7,105,400.00 (GTZ - doação de equipamentos) US\$ 2,310,100.00 (CETESB)

08. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER EM 31.12.97

Descrição	Circulante	Exigível a L.P.
Impostos e Contribuições Provisionados em dez/97	5.657	0
Tributos Parcelados	6.615	34.098
Total	12.272	34.098

A Justiça Federal concedeu liminar para suspensão da exigibilidade de créditos a ser apurado em razão da compensação de prejuízos fiscais apurados até dezembro de 1994 e base de cálculo negativa, sem a limitação percentual da lei nº 8.981 e 9.065, arts. 42 e 58 e 15/16 respectivamente.

09. LIQUIDAÇÃO DE DÍVIDA JUNTO AO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO - BANESPA

Através de contrato firmado em 22 de maio de 1997 e com base na Lei Estadual n.º 9466 de 27 de dezembro de 1996, o "Governo do Estado" assumiu o débito da Cetesb junto ao Banespa, no valor de R\$ 8.870 mil.

10. LIQUIDAÇÃO DE DÍVIDA JUNTO AO BANCO DO BRASIL

Através do contrato firmado em 31 de dezembro de 1997 e com base no art.6º da Lei Estadual n.º 9466 de 27 de dezembro de 1996, o "Governo do Estado" assumiu o débito da Cetesb junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 7.814 mil.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Ajustes de Exercícios Anteriores:

O saldo de R\$ 7.880 mil refere-se a mudança de prática contábil comentada na nota explicativa 4.

b. O capital social está representado por 3.671.264.947 (3.645.787.386 em 1996) de ações ordinárias nominativas de valor nominal equivalente a R\$ 0,03.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos.Srs.Diretores da
CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
São Paulo - SP

- 1) Examinamos o balanço patrimonial da **CETESB - COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL**, levantado em 31 de dezembro de 1997, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CETESB - COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL** em 31 de

dezembro de 1997, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis, emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

- 4) A **CETESB - COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL**, nos últimos exercícios vem apresentando significativos prejuízos operacionais, resultando um patrimônio líquido negativo, um alto índice de endividamento e insuficiência de capital de giro, comprometendo a continuidade normal de suas operações. Desta forma o reequilíbrio e o saneamento da situação econômica financeira da **CETESB - COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL**, dependem do ingresso de recursos por parte de seu Acionista Majoritário, para o desenvolvimento de suas operações.
- 5) As demonstrações contábeis da **CETESB - COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1996, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores, que emitiram um parecer, datado de 27 de fevereiro de 1997, fazendo menção ao assunto indicado no parágrafo anterior.

São Paulo, 20 de fevereiro de 1998.

SACHO - AUDITORES INDEPENDENTES S/C
CRC-2SP 017.676/0-8

HUGO FRANCISCO SACHO
CRC-1SP 124.067/0-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental**, infra-assinados, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Balanço Patrimonial da Empresa, encerrado em 31 de dezembro de 1997, em conjunto com as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido e com as Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras.

À vista das verificações realizadas mensalmente nos balancetes da Empresa e das análises sobre os critérios adotados e do parecer dos Auditores Independentes, são de parecer que o referido Balanço e demais Demonstrações Financeiras que o acompanham refletem com fidelidade a situação patrimonial e econômico - financeira da Sociedade, naquela data, estando portanto, em condições de merecerem a aprovação dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 11 de março de 1998.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO
Conselheiro

HELOÍSA REGINA ALVES MORAES
Conselheira

ELIANA GOMES CARNEIRO
Conselheira

JOSÉ LUIZ LIMA
Conselheiro

LUIZ CARLOS MARTINS
Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO NOGUEIRA NETO
Conselheiro Presidente

JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA
Conselheiro Vice-Presidente

ANTONIO GERASSI NETO
Conselheiro

CARLOS PEDRO JENS
Conselheiro

JOSÉ GASPAR FERRAZ DE CAMPOS
Conselheiro

MARIO ANTONIO CARNEIRO CILENTO
Conselheiro

NELSON NEFUSSI
Conselheiro

PEDRO ROBERTO JACOBI
Conselheiro

WALDEMAR SÁNDOLI CASADEI
Conselheiro

DIRETORIA

NELSON NEFUSSI
Diretor Presidente

MARCELO DIP TENAGLIA
Diretor

ARMANDO SHALDERS NETO
Diretor

ROSELICE DUARTE DE MEDEIROS
Diretora

FERNANDO CARDOZO FERNANDES REI
Diretor

ROSELI DE PAULA
Contadora - CRC-1SP 192207/O-0

